



ATA Nº. 1/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/04/2023

---Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três pelas quinze horas, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI - Praça do Município, em Lagos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

- 1.- Aprovação da ata da sessão anterior;-----
- 2.- Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

- 1.- Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
- 2.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022;-----
- 3.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP do ano de 2023;-----
- 4.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Alteração ao Plano de Recrutamento do ano de 2023;-----
- 5.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023;-----
- 6.- Apreciação e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual, prevista na al. c) do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à cedência de utilização de parte do prédio do Estado, denominado "Ex-Governo Civil de Faro", no valor global de 106.800,00€, sendo de 16.020,00€ no ano de 2023; 21.360,00€ no ano de 2024; 21.360,00€ no ano de 2025; 21.360,00€ no ano de 2026; 21.360,00€ no ano de 2027 e 5.340,00€ no ano de 2028.-----

---Apresentando cumprimentos a todos, o Presidente da Assembleia informou que esta sessão está a ser transmitida on-line nas redes sociais da AMAL, ficando ainda disponível na plataforma YouTube. Disse que a sessão está a ser realizada no concelho de Lagos, no âmbito do roteiro da Assembleia Intermunicipal em Movimento, que já percorreu vários municípios do Algarve, que tem como objetivo desenvolver uma política de proximidade, levando a Assembleia Intermunicipal do Algarve ao encontro dos cidadãos algarvios, estimulando a sua participação na discussão dos assuntos de relevância regional. Agradeceu aos senhores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Lagos, Hugo Pereira e Joaquina Matos, pela forma calorosa como acolheram a realização desta sessão no seu município, assim como a todos os trabalhadores envolvidos na organização. Recomendou que desligassem os telemóveis ou colocassem em modo de silêncio, por forma a não prejudicar o funcionamento desta sessão e informou não ser permitido o registo de som ou imagem, sem autorização prévia da Mesa, exceto aos órgãos de comunicação social.

---Feita esta breve introdução, o Presidente da mesa informou que hoje foi rececionado pelos serviços da Assembleia um email, enviado pela concelhia do Partido Socialista de Albufeira, comunicando que o deputado intermunicipal José Leonardo do Paço desvinculou-se daquele partido, pelo que a partir desta data exercerá o seu mandato na qualidade independente.

De seguida, passou-se à verificação dos deputados intermunicipais presentes e ausentes nesta sessão.

---Estiveram presentes os seguintes:

---Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Carlos Manuel Brito Mendes (MIPA) em substituição de Carlos Emanuel Rafael Vieira (MIPA), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (Independente), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Maria Margarida do Livramento Claudino (PSD) em substituição de João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo Martins de Castro (PSD), Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Paulo Sérgio Baptista (PAN) em substituição de Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), Beatriz Graziela Calafate (PS) em substituição de Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), António Manuel Dias Mendonça (CDU), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), Rui Filipe Machado de Araújo (PSD), Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS), José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Fernando Pereira Marques (PS) em substituição de Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), João

Carlos Dias dos Santos (PSD), Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), João José Paixão de Carvalho Ferreira (PSD) em substituição de Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Carlos Manuel Brito Costa (PS) em substituição de Elisabeta Ecaterina Necker (PS), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), Rui Augusto Martins Cardoso (PS), Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), José Manuel Figueiredo Santos (PS), Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira (CDU) em substituição de Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD), Cristina Maria de Sousa Velha (PSD) em substituição de Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), João Varela dos Santos (CDU), em substituição de Débora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma (CDU), Luís Manuel Agostinho Reis (PSD) em substituição de José Pedro da Silva Soares (PSD), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), Muriel Cristina Dias Neto (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS), Carlos Manuel Ventura Pacheco (PSD) em substituição de Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD), David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Faltaram os seguintes deputados intermunicipais: Francisco José Pereira Oliveira (PS), João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS), Helder Nuno Silda do Carmo (PS), -----

---Faltaram os seguintes deputados intermunicipais, mas apresentaram justificação: António Marques Romeira Matias (PS), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), Zita Maria Duarte Glória (Renascer), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica (PS), Marina de Carvalho Costa Esteves (PS), Fabiano Viegas Rodrigues (PSD), Bruno Chicharo Pereira (CDU), Armindo Paulo Leal Vicente (PS) e Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS).-----

---A mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, Vice-Presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e na ausência da secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz, o Presidente da Assembleia convidou a senhora Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

---Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da mesa declarou aberta a sessão, passando-se à discussão da ordem de trabalhos.-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1.- Aprovação da ata da sessão anterior: Colocada à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão. O Deputado

Intermunicipal José Manuel da Glória de Oliveira fez alguns reparos em relação à terminologia usada na ata, nomeadamente, quando se refere deputados, que de acordo com a lei são membros; trabalhadores e não colaboradores assim como o uso da palavra "senhor" quando se refere o nome dos vários membros aquando da sua intervenção. O Presidente da mesa agradeceu os reparos, esclarecendo que no contexto da ata a expressão trabalhador e colaborador têm idêntico significado e, em relação à palavra deputado, embora a lei das autarquias locais não utilize esta designação, como se trata de um eleito local para um órgão deliberativo, tem vindo a ser prática recorrente nas Assembleias Municipais designar o eleito local por deputado municipal. Referiu, por fim, que alguns dos reparos iriam ser apreciados e tomados em consideração.

2.- Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional:

---Moção apresentada pela CDU - " Saudação ao 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador", documento número um apenso à ata. A deputada intermunicipal Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira procedeu à leitura da Moção. Após intervenções dos deputados intermunicipais José Graça e Cláudia da Luz, a moção foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

---Moção apresentada pela CDU "- Ligação do sistema de rega do Arade, bloco de Silves, ao adutor Funcho-Estação de Tratamento de Águas (Alcantarilha)", documento número dois apenso à ata. O deputado intermunicipal João Varela procedeu à leitura da moção. Após análise, a moção foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 26 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 17 abstenções e 1 voto a favor; CDU – 4 votos a favor; MIPA – 1 abstenção; Independente – 1 voto a favor; PAN – 1 voto a favor;

---Moção apresentada pela CDU –" Não pode ficar para trás a construção da variante à EN125 em Odiáxere", documento número três apenso a esta ata. O deputado intermunicipal José Manuel da Glória de Oliveira fez a apresentação da referida moção. Após as intervenções dos deputados intermunicipais Maria Clara de Paiva Rato e Rui Araújo, que se manifestaram a favor desta moção, afirmando que neste momento o trânsito na entrada da cidade de Lagos pela EN 125 é caótico, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

---Recomendação apresentada pela CDU –" Apoio Extraordinário às Associações

Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Algarve", documento número quatro apenso a esta ata. O deputado intermunicipal António Mendonça procedeu à sua leitura. O deputado intermunicipal José Graça referiu que são os municípios a principal fonte de financiamento das corporações de Bombeiros, seguida da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Disse que o Governo já anunciou a disponibilização da verba de cinquenta e três milhões de euros, para o corrente ano, no programa DECIR- Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, para apoiar essas Associações. Após análise, a recomendação foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

---Moção apresentada pelo PAN – “ Fim imediato do abate de árvores e podas extremas em espaços municipais no Algarve”, documento numero cinco apenso à ata. O deputado intermunicipal Paulo Baptista procedeu à sua leitura.

---A deputada intermunicipal Cristina Velho manifestou-se a favor do conteúdo desta moção, referindo que “...sem árvores não vivemos...” e por isso tem que haver uma política ambiental e arbórea para uma boa gestão, sustentabilidade futura e sobrevivência do planeta.

---O deputado intermunicipal José Graça reforçou a ideia de que a responsabilidade na preservação dos recursos naturais é de todos e informou que iria votar favoravelmente a moção.

---Passando-se à votação da moção, a mesma foi aprovada por unanimidade.

---O deputado intermunicipal Carlos Costa levantou uma série de questões relacionadas com a proposta do Contrato de Programa apresentado aos Municípios, para a concessão da distribuição de energia eléctrica, que no seu entender em nada abona a favor das autarquias.

II – Período da Ordem do dia:

1.- Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve: O Presidente da Mesa dispensou a apresentação desde ponto, uma vez que foi distribuído a todos, atempadamente, um relatório da actividade desenvolvida pela AMAL, desde a última sessão da AIA até à presente data, encontrando-se o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal disponível para prestar esclarecimentos. Não tendo havido nenhuma intervenção, a Assembleia passou à análise e discussão do ponto seguinte.

2.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2022: A pedido do Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário fez a

apresentação dos documentos de Prestação de Contas, dando algumas notas elucidativas sobre a actividade administrativa e financeira da AMAL no ano anterior, nomeadamente, sobre as verbas vindas do PRR e transferidas para os Municípios, no âmbito das candidaturas apresentadas para a Eficiência Hídrica nas redes Municipais, à gestão das verbas transferidas do Fundo Ambiental para a AMAL, enquanto Autoridade de Transportes, no âmbito do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos transportes Públicos (PART) e ao Plano de Desenvolvimento Social.----- A terminar, disponibilizou-se para participar em reuniões para esclarecimentos sobre algum assunto em que a AMAL está envolvida, sempre que qualquer um dos Municípios considere necessário. -----

Nos documentos apresentados verifica-se que no ano de dois mil e vinte e dois foram registados os seguintes resultados:-----

- **Total do ativo:** 13.242.933,44 euros (treze milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e três euros e quarenta e quatro cêntimos);-----
- **Património líquido:** 3.997.393,63 euros (três milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e três euros e sessenta e três cêntimos);-----
- **Passivo (Balanço):** 9.245.539,81 euros (nove milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e um cêntimos);-----
- **Rendimentos (DR):** 6.858.772,96 euros (seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e setenta e dois euros e noventa e seis cêntimos);-----
- **Gastos (DR):** 6.650.782,71 euros (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e oitenta e dois euros e setenta e um cêntimos);-----
- **Resultado líquido:** 207.990,25 euros (duzentos e sete mil, novecentos e noventa euros e vinte e cinco cêntimos);-----
- **Recebimentos (DFC):** 13.033.545,78 euros (treze milhões, trinta e três mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos);-----
- **Pagamentos (DFC):** 5.252.838,56 euros (cinco milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos);-----
- **Desempenho orçamental** (recebimentos e pagamentos) (DDO): - Recebimentos: 9.709.084,16 € (nove milhões, setecentos e nove mil, oitenta e quatro euros e dezasseis cêntimos); Pagamentos: 5.248.347,99€ (cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e quarenta e sete euros e noventa e nove cêntimos);-----
- **Saldo inicial do desempenho orçamental** (de operações orçamentais e de operações de tesouraria): 2.196.137,61 euros (dois milhões, cento e noventa e seis mil, cento e trinta e sete euros e sessenta e um cêntimos), em que 2.183.637,61€

(Assinatura)
(dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e sete euros e sessenta e um cêntimos) são de operações orçamentais e 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) são de operações de tesouraria;-----

- **Saldo final do desempenho orçamental** (de operações orçamentais e de operações de tesouraria): 9.976.844,83 euros (nove milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos), em que 4.460.736,17€ (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil, setecentos e trinta e seis euros e dezasseis cêntimos) são de operações orçamentais e 5.516.108,66 € (cinco milhões, quinhentos e dezasseis mil, cento e oito euros e sessenta e seis cêntimos) são de operações de tesouraria.-----

Após análise e discussão, os documentos de Prestação de Contas do ano 2022 foram colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria, com 38 votos a favor e 6 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 19 votos a favor; PSD – 18 a favor; CDU – 4 abstenções; MIPA – 1 abstenção; Independente – 1 voto a favor; PAN – 1 voto abstenção; -----

3.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Revisão ao Orçamento e às GOP do ano de 2023;-----

---Após colocado à discussão e não tendo havido quaisquer intervenções, este ponto foi de imediato colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 19 votos a favor e 24 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 18 votos a favor; PSD – 18 abstenções; CDU – 4 abstenções; MIPA – 1 abstenção; Independente – 1 voto a favor; PAN – 1 abstenção.-----

---O senhor José Manuel Figueiredo Santos, do Partido Socialista, ausentou da sala não tendo voltado.-----

4.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Alteração ao Plano de Recrutamento do ano de 2023: - Após colocado à discussão este ponto da ordem de trabalhos e não tendo havido quaisquer intervenções, foi de imediato colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 25 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 18 votos a favor; PSD – 18 abstenções; CDU – 4 votos a favor; MIPA – 1 voto a favor; Independente – 1 voto a favor; PAN – 1 voto a favor; -----

5.- Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023: Colocado à

discussão, o Deputado Intermunicipal Francisco Moleiro questionou o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a necessidade de se ir admitir mais cinco sapadores e um técnico superior para a coordenação da Brigada, quando nos termos da contratualização efetuada, a brigada deixará de pertencer à AMAL no final do ano. A pedido do Presidente do Conselho, o Primeiro Secretário esclareceu que estes trabalhadores já existem desde o início do ano e estão aqui apenas para integrar o quadro.

---Passando de imediato à votação, a proposta atrás referida, foi aprovada por maioria com 25 votos a favor e 17 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 18 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 4 votos a favor; MIPA – 1 voto a favor; Independente – 1 voto a favor; PAN – 1 voto a favor;

6.- Apreciação e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual, prevista na al. c) do nº1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à cedência de utilização de parte do prédio do Estado, denominado "Ex-Governo Civil de Faro", no valor global de 106.800,00€, sendo de 16.020,00€ no ano de 2023; 21.360,00€ no ano de 2024; 21.360,00€ no ano de 2025; 21.360,00€ no ano de 2026; 21.360,00€ no ano de 2027 e 5.340,00€ no ano de 2028: O Presidente do Conselho Intermunicipal esclareceu que a AMAL vem lutando com falta de espaço já há algum tempo, havendo inclusive trabalhadores que já estão intercalando serviço presencial com teletrabalho e outros que já ocupam as salas de reuniões. Por outro lado, com a vinda para a AMAL da gestão de mais verbas e de novas competências há a necessidade de reforçar a equipa técnica. Informou que a AMAL tem dois imóveis mas estão cedidos gratuitamente, um é o da CCDR Algarve e o outro é o edifício onde funcionou o GAT de Faro, cedido igualmente gratuitamente à Câmara Municipal de Faro. E prosseguiu dizendo que, desde há algum tempo que se tem vindo a procurar espaços, para os serviços e para os órgãos da AMAL fazerem as suas reuniões e agora surgiu esta hipótese, após várias negociações com o Governo, de arrendar o primeiro andar do edifício do antigo Governo Civil, esperando que num futuro próximo a AMAL possa ficar igualmente com o rés-do-chão, para poder aglutinar todos os serviços da AMAL.

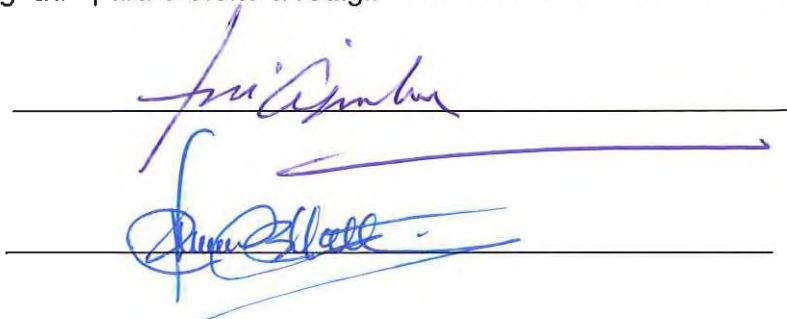
---O Deputado Intermunicipal Paulo Baptista informou que o PAN iria abster-se nesta votação, justificando que não era porque achasse que a AMAL não deveria ter mais e

melhores instalações, mas apenas porque entende que este espaço deveria ser pertença da Assembleia Municipal de Faro.

Terminada a sua discussão, este ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 24 votos a favor e 18 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas, aqui representadas da seguinte forma: PS – 18 votos a favor; PSD – 17 abstenções; CDU – 4 votos a favor; MIPA – 1 voto a favor; Independente – 1 voto a favor; PAN – 1 abstenção. -----

---Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezanove horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigir. -----

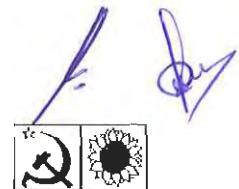




Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve no dia 2023-04-28, sexta-feira, em Lagos.

Saudação ao 1.º de Maio Dia Internacional do Trabalhador

- Em 1886, milhares de operários da cidade norte-americana de Chicago, conscientes da necessidade de humanização do mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: **a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário**. A violenta repressão que se abateu sobre esses operários, associada à justeza da sua reivindicação, mais os reflexos que teve a nível internacional determinaram que, em 1890, a Associação Internacional dos Trabalhadores decretasse o dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador.
- A partir daí, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.
- Desde então, as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos inalienáveis, um valioso contributo para mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.
- Hoje, esta luta continua sendo mais que necessária para combater os ataques aos direitos e a todos os reveses civilizacionais que, apresentados com outro rosto, pretendem manter altos níveis de exploração dos trabalhadores. Exploração nas suas várias facetas: desde os salários, às condições laborais, ao desemprego, à precariedade laboral ou aos horários de trabalho.
- É preciso, pois, combater os baixos salários e reformas, a elevada precariedade, o desemprego, a carga horária excessiva e desajustada, as alterações para pior às leis laborais, a negação de direitos e garantias.



- É esta realidade de instabilidade permanente que hoje compromete não só o futuro dos trabalhadores, mas também o futuro dos jovens e o próprio desenvolvimento do país.

- Urge, pois, mobilizar os trabalhadores em torno das suas justas reivindicações: pelo aumento dos salários e das pensões, na defesa do emprego com direitos, no direito à contratação coletiva, pela regulação dos horários, pelas 35 horas de trabalho semanal, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, por serviços públicos de qualidade.

- Em conformidade com o exposto, os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve propõem que esta Assembleia, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2023, em Lagos, delibere:

- 1. Saudar o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e saudar todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação;**
- 2. Dar conhecimento desta saudação aos órgãos de comunicação social.**

Lagos, 28 de abril de 2023.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.



Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve no dia 2023-04-28, sexta-feira, em Lagos.

Moção

Ligaçāo do sistema de rega do Arade, bloco de Silves, ao adutor Funcho – Estação de Tratamento de Água (Alcantarilha)

Considerando que:

1. Foi executado o projeto n.º 12 327 (PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural), de implementação de um sistema de distribuição de água em pressão, no bloco de Silves, que ficou concluído em dezembro de 2015. Este projeto, num montante de 6.586.221 de euros, foi cofinanciado por fundos comunitários, sendo 1.646.555 € suportados pelo Orçamento de Estado;
2. O adutor Funcho – Alcantarilha foi construído para transportar água com a finalidade de regar cerca de 14 700 hectares e fornecer água para consumo doméstico, conforme documento publicado na Página da Comissão Europeia (http://europa.eu/rapid/press-release_IP-93-899_pt.htm). Desde que foi construído regou zero metros quadrados;
3. Entre dezembro de 2015 e março de 2018, o Ministério do Ambiente foi questionado por quatro vezes, pelo PCP, sobre a situação da ligação do sistema de rega ao adutor. Nas respostas obtidas, os argumentos para protelar a ligação do sistema de rega foram sempre caindo ficando por fim, o preço da água que pertence por direito aos regantes, no valor de 9,9 céntimos por metro cúbico;
4. O sistema de rega foi ligado (fisicamente) ao adutor no dia 24 de novembro de 2020, mas as válvulas mantêm-se fechadas. Com esta ligação a obra foi dada por concluída, para assim a Associação de Regantes receber a última tranche do financiamento, cerca de 430 mil euros, relativa à execução da obra;
5. Este sistema de rega permite uma poupança substancial de água, reduzindo as perdas quase a zero. É uma redução substancial nos custos com eletricidade. Fatores muito importantes, na situação de seca como a que vivemos nos últimos anos e na melhoria ambiental relativamente à redução do consumo de energia.

Embora pequeno, será um contributo importante para a redução das emissões de carbono;



6. Antes de anunciar medidas ambientais e medidas para resolver as situações de seca como se o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência fosse a solução para todos os males, será muito importante implementar o uso das infraestruturas construídas que também irão contribuir para esses objetivos;

7. A transferência de água da albufeira do Funcho para a barragem do Arade é um desperdício, pela infiltração nas margens secas e o aumento da superfície de evaporação;

8. A abertura das duas válvulas que ligam o adutor Funcho - ETA-Alcantarilha ao sistema de rega representa:

- a) A redução substancial nas despesas com energia elétrica, mais de 250 mil euros por época;
- b) A redução substancial dos custos com eletricidade por parte dos regantes em cotas mais elevadas;
- c) A redução de avarias em contadores de água e entupimento de filtros dos regantes.

Pelo acima exposto, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida no dia 28 de abril de 2023, em Lagos, delibera:

1. Exigir a quem de direito, a abertura das duas válvulas que ligam o adutor Funcho - ETA-Alcantarilha ao sistema de rega;

2. Enviar esta Moção ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, com conhecimento à Assembleia da República, à Presidência da República, ao Gabinete do Primeiro Ministro, ao Ministério da Agricultura e da Alimentação e à comunicação social.

Lagos, 28 de abril de 2023.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.

Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve no dia 2023-04-28, sexta-feira, em Lagos.

Moção

NÃO PODE FICAR PARA TRÁS A CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN125 EM ODIÁXERE

Desde 1977, há 45 anos, que a CDU e o PCP intervêm, tanto nos órgãos municipais das autarquias do Concelho de Lagos como na Assembleia da República, exigindo a construção da variante da EN125, velha aspiração da população que permitiria retirar do interior da Vila do Odiáxere o trânsito da estrada.

É desde há muito indiscutível a perigosidade para a população do Odiáxere, provocada pelo intenso tráfego da estrada atravessando a Vila, pelo que é cada vez mais urgente a construção da variante da EN125.

Essa necessidade é unanimemente reconhecida por todas as forças políticas e foi a razão do projeto da variante já ter sido executado, aprovado por todas as entidades com intervenção, elaborado e posto em discussão pública o Estudo de Impacto Ambiental, feita a picotagem no terreno e iniciado o processo de expropriações.

A crise de 2008 interrompeu este processo e continua por resolver o litígio assim provocado com a empresa Algarve Litoral então adjudicatária da obra de requalificação da EN125, em que estava incluída a variante de Odiáxere.

De facto, na sessão de 28 de Outubro de 1977 da Assembleia Municipal de Lagos, foi aprovada por unanimidade a Proposta apresentada vincando a necessidade da construção desta variante.

Em Abril de 1982, a Junta de Freguesia de Odiáxere oficiou à Assembleia Municipal dando conhecimento da perigosidade da EN125 no Odiáxere, registando 17 acidentes com 5 mortos entre 1976 e 1981, justificando a urgência da construção da variante.

Novamente em Junho de 1982 a Junta de Freguesia informa a Assembleia Municipal da má-fé manifestada pela JAE nos infrutíferos contactos sobre a variante encetados pela Junta de Freguesia.

Na reunião de Agosto de 1983 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o voto de protesto, apresentado pelo presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere pela forma como a JAE-Faro atendeu a Proposta enviada pela Comissão da Assembleia e da Junta de Freguesia para minimizar os perigos da EN125 no Odiáxere.

Em Março de 1986 foi apresentada na reunião da Assembleia Municipal nova Proposta insistindo que é necessário o desvio da EN125 no Odiáxere.

Em Abril de 1995 foi publicada no DR n.º 79 a Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o Plano Diretor Municipal de Lagos, PDM, no qual constava o traçado da futura Variante de Odiáxere.



Em Dezembro de 1999 a Assembleia Municipal aprovou a Recomendação ao Ministro do Equipamento Social para que no Plano anual da JAE sejam tomadas as medidas para solução do problema da EN125 no Odiáxere.

Em Junho de 2007 o presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere propõe na Assembleia Municipal que no Plano de Urbanização conste uma nova circular a sul da Vila de Odiáxere.

Em Setembro de 2007 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o pedido de inclusão no Orçamento de Estado para 2008 da construção da Variante Sul à EN125 em Odiáxere.

Em 3 de Dezembro de 2007 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um voto de protesto pela não inclusão da Variante de Odiáxere no Orçamento de Estado para 2008.

Em Abril de 2008 a Assembleia Municipal aprovou um veemente protesto pela não inclusão da Variante da EN125 em Odiáxere na obra de Requalificação da EN125.

Em 23 de Março de 2010 a Estradas de Portugal enviou à Câmara Municipal o projecto para a Variante de Odiáxere, solicitando pronuncia.

Em 2 de Abril de 2010 a Câmara Municipal enviou à Junta de Freguesia de Odiáxere o pedido de pronuncia sobre o Estudo Prévio para a Variante de Odiáxere enviado pela EP Estradas de Portugal.

Em 12 de Abril de 2010 a Câmara Municipal enviou à Junta de Freguesia de Odiáxere pedido de pronúncia sobre o projeto da Variante.

Em 27 de Abril de 2010 a Câmara Municipal responde ao pedido de pronúncia sobre o projeto da Variante de Odiáxere, dando a preferência ao traçado da alternativa 3.

Em Maio de 2011 a Estradas de Portugal apresentou o Estudo de Impacto Ambiental sobre o projeto da Variante.

Em 10 de Novembro de 2011 os eleitos da CDU na Assembleia Municipal apresentaram um requerimento solicitando informação sobre o traçado final da Variante.

Em 16 de Novembro de 2011 a CCDR-Algarve solicita à Câmara Municipal parecer sobre o Estudo de Impacto Ambiental da Variante.

Em 28 de Novembro de 2011 foi publicado no DR o Aviso do período de Consulta Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental da Variante.

Em 20 de Dezembro de 2011 a Câmara Municipal emitiu parecer favorável ao Estudo de Impacto Ambiental da Variante.



Luís

Em 4 de Outubro de 2012 a Estradas de Portugal comunicou que por alteração efetuada ao contrato de concessão à empresa Algarve Litoral, a Variante de Odiáxere foi retirada, entre outras, da obra de Requalificação da EN 125.

Em 17 de Outubro de 2012 a Câmara Municipal aprovou uma Moção de repúdio pelo cancelamento da construção da Variante de Odiáxere.

Em 26 de Outubro de 2012 é noticiado que o presidente da Câmara Municipal declarou que considera que a retirada da obra de construção da Variante de Odiáxere representa um corte cego e inconsequente.

Em 27 de Dezembro de 2012 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade um protesto de vivo repúdio pela retirada da obra de construção da Variante de Odiáxere.

Em 26 de Junho de 2013 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto de Resolução recomendando ao Governo que sejam retomadas as obras de Requalificação da EN125, incluindo as Variantes do Concelho de Lagos, entre outras.

Em Junho de 2013 a Câmara Municipal aprovou uma Moção de Repúdio em que reclamava também a continuação do processo da Variante de Odiáxere.

Em Agosto de 2015 foi publicado no DR n.º 169 o Aviso n.º 9904 com a aprovação do Plano Director Municipal de Lagos, PDM, no qual constava o traçado da futura Variante de Odiáxere.

Em 8 de Janeiro de 2016 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projecto de Resolução que foi aprovado e deu origem à Recomendação ao Governo incumbindo a Infraestruturas de Portugal da conclusão de todas as Variantes da EN 125, incluindo a do Odiáxere.

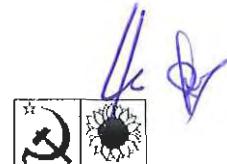
Em 29 de Fevereiro de 2016 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma proposta exigindo a inclusão da Variante de Odiáxere nas obras de requalificação da EN 125.

Em Novembro de 2016 a Assembleia Municipal aprovou uma proposta exigindo que o Governo cumpra a Recomendação da Assembleia da República de conclusão todas as obras de requalificação da EN125.

Em 21 de Fevereiro de 2017 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma proposta exigindo a conclusão das obras de requalificação da EN 125 com a Variante de Odiáxere.

Em Junho de 2017 a Assembleia Municipal aprovou uma proposta solicitando ao Governo a urgente concretização das Recomendações constantes da Resolução da AR n.º 61/2016.

Em Fevereiro de 2018 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR o Projecto de Resolução n.º 1348/XII/3.º, recomendando ao Governo a rápida conclusão das obras na EN125, incluindo as Variantes.



Em abril de 2019 a Assembleia Municipal aprovou uma proposta reivindicando do Governo a construção urgente da Variante de Odiáxere.

Em janeiro de 2020 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR o Projecto de Resolução n.º 234/XIV/1.º recomendando ao Governo a rápida conclusão das obras na EN125, incluindo as Variantes.

Em fevereiro de 2020 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR a pergunta n.º 1105/XIV/1.º, inquirindo se o Governo está disponível para retomar as obras retiradas da empreitada inicial de requalificação da EN125, incluindo a Variante de Odiáxere.

Em junho de 2020, o Governo respondeu que, estando o contrato em litígio judicial, não pode retomar quaisquer desses trabalhos sem se conhecer a resolução da situação contratual.

Em 17 de dezembro de 2021 a Assembleia de Freguesia de Odiáxere aprovou por unanimidade uma proposta intitulada “Continua a luta pela construção da variante à EN 125 em Odiáxere.”

Em 27 de dezembro de 2021 a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma proposta intitulada «Pela Execução da Variante Sul da EN 125 Projetada para a Vila de Odiáxere – Suspensão da Cobrança de Portagens em Odiáxere e Mexilhoeira Grande».

Em 26 de setembro de 2022 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma proposta intitulada « Não pode ficar para trás a construção da Variante à EN 125 em Odiáxere ».

Recentemente foi do conhecimento público que as Infraestruturas de Portugal lançaram um concurso público para a construção da Variante em Olhão e que faz parte do plano de investimentos do PRR para a Região. Sendo assim, mais uma vez fica de fora a construção da Variante do Odiáxere.

Passados que são estes 45 anos de permanente intervenção e insistência junto de todos os níveis da governação, local, regional e nacional, continua a luta pela construção da Variante à EN125 em Odiáxere, indispensável para se conseguir melhorar significativamente a qualidade de vida da população desta Vila, e visto que os sucessivos Governos deixaram arrastar este caso com promessas não cumpridas, até à situação litigiosa em tribunal em que se encontra, o PCP e a CDU não deixam de cumprir o compromisso de continuar a luta pela solução do premente problema da construção da Variante da EN125 em Odiáxere.

Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Intermunicipal do Algarve reunida a 28 de abril de 2023, em Lagos, delibere:

- 1- Manifestar o seu mais vivo protesto por mais uma vez ficar adiada a construção da variante de Odiáxere à EN 125.**
- 2- Exigir que a AMAL interceda junto do Governo e da CCDR Algarve pela inclusão da construção da variante de Odiáxere à EN 125 nas candidaturas financiadas pelo PRR.**
- 3- Enviar esta deliberação ao Governo, ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares e à Comunicação Social.**

Lagos, 28 de abril de 2023.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.



Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve no dia 2023-04-28, sexta-feira, em Lagos.

Recomendação

Apoio Extraordinário às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Algarve

- Os bombeiros são a primeira linha de resposta no sistema de Proteção Civil. Os Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) prestam anualmente mais de 1,5 milhões de serviços às populações em todo o território nacional e têm um papel insubstituível no combate aos incêndios rurais e urbanos e, como recentemente ficou provado, em situações de cheias e outras calamidades.
- Em consequência de sucessivas dotações insuficientes nos Orçamentos de Estado e do enquadramento legal do financiamento das AHBV, das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que estas vivem grandes dificuldades económicas, dificultando ou impedindo até o pagamento de remunerações justas aos seus profissionais.
- Nos últimos anos, com a pandemia, as dificuldades foram substancialmente agravadas. A estas dificuldades somam-se hoje os aumentos dos preços dos combustíveis, da energia, das taxas de juro de empréstimos bancários para investimentos em instalações e viaturas e de todos os custos de materiais e equipamentos, o que para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações, o que num futuro próximo poderá acontecer a outras AHBV.



- Acresce que a orgânica da proteção civil e a não existência do comando nacional operacional de bombeiros limita a organização da atividade e as condições de apoio logístico incluindo a mobilização e coordenação interdistrital.
- Considerando a valorização dos bombeiros e do seu papel, garantir condições para o exercício da sua missão é uma urgência a que o país tem de acorrer.
- O Partido Comunista Português auscultou os problemas e reivindicações dos bombeiros que, mais uma vez, foram reafirmados no recente Congresso Nacional Extraordinário promovido pela Liga dos Bombeiros Portugueses.

Pelo exposto, o Grupo Intermunicipal da CDU propõe que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em Lagos, no dia 28 de Abril de 2023, delibere recomendar ao Governo:

- Que seja atribuído, com início em junho de 2023, um apoio extraordinário de emergência para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários adequado às necessidades, considerando o longo período de seca e os seus efeitos no Algarve.**

Lagos, 28 de abril de 2023.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.



MOÇÃO

FIM IMEDIATO DO ABATE DE ÁRVORES E PODAS EXTREMAS EM ESPAÇOS MUNICIPAIS NO ALGARVE

A AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, tem como missão potenciar o desenvolvimento dos municípios e reforçar a identidade da Região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias. Está assente em dois pilares estratégicos: Aumentar a Coesão Intermunicipal e Reforçar a capacidade de resposta a necessidades comuns dos associados - os 16 municípios da Região estão representados pelo Conselho Intermunicipal, Secretariado Executivo Intermunicipal e pela Assembleia Intermunicipal.

É a partir destes princípios que lançamos um apelo a que todos os Presidentes de Câmara possam tomar a decisão de bom senso de fazer cumprir urgentemente o Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano, promulgado em 18 de Agosto de 2021, e colocar um fim ao abate de árvores que se encontrem em domínio público municipal e domínio privado dos municípios.

É bom lembrar que as Comunidades Intermunicipais têm várias responsabilidades associadas a este regime jurídico, seja na colaboração com o ICNF e municípios na elaboração do Guia de Boas Práticas de Gestão do Arvoredo Urbano, que deveria ter sido concretizado até 6 meses após a aprovação da Lei, seja na validação dos regulamentos municipais que deveriam ter sido entregues após 1 ano da aprovação da mesma.

Os atrasos são evidentes e injustificados. O que temos assistido, um pouco por todo o Algarve, no que toca à gestão do arvoredo, é **ilegal, uma absoluta incompetência, irresponsabilidade e insensatez**.

Incompetência - porque continuam a ser feitas as chamadas “poda de rolagem”, que desfiguram completamente as árvores, tornam-nas mais frágeis, suscetíveis a doenças e perigosas, visto que perdem a sua estrutura e solidez. Além do mais, muitas destas intervenções são feitas em plena altura de nidificação das aves! Milhares e milhares de aves que fazem das copas das árvores o seu habitat perdem os seus ninhos! É um atentado duplo, tanto à flora como à fauna municipal.

Irresponsabilidade - porque não reconhecem o papel que as árvores desempenham nos ecossistemas - se wi-fi em vez de oxigénio, talvez fossem poupadadas. Além do oxigénio desempenham um papel fundamental para a saúde humana! As árvores fazem parte da infraestrutura de saúde pública.

O "The Nature Conservancy" em documento publicado recentemente, diz o seguinte:

“Imagine se houvesse uma ação simples que os líderes da cidade pudessem tomar para reduzir a obesidade e a depressão, melhorar a produtividade, aumentar os resultados



educacionais e reduzir a incidência de asma e doenças cardíacas entre seus residentes. As árvores urbanas oferecem todos esses benefícios e muito mais"

As árvores urbanas oferecem benefícios na saúde mental e especialmente na saúde respiratória da população, o que a longo prazo é capaz de reduzir custos na própria gestão de saúde pública do local onde se encontra.

As árvores favorecem a biodiversidade, limpam o ar poluído das cidades, garantem sombra, proteção e temperaturas mais baixas, o que se torna ainda mais relevante num cenário de aumento global das temperaturas, ajudam na infiltração das águas pluviais evitando cheias e na diminuição do ruído das cidades e ainda descarbonizam a atmosfera contribuindo para a redução dos Gases de Efeito Estufa e claro, tornam as cidades mais belas e aprazíveis.

Insensatez - porque enquanto decisores políticos continuamos a olhar para as árvores de uma perspetiva meramente **antropocêntrica**, a partir de interesses extemporâneos, materialistas e individuais de alguns concidadãos que fazem pressão para que árvores sejam abatidas ou porque fazem "lixo" ou porque sujam o carro, ou ainda pelos arquitetos das requalificações um pouco por todo o Algarve, que se acham tão importantes que o seu desenho é mais valioso que uma árvore nobre com muitas dezenas de anos, não tendo problemas em mandar abater qualquer árvore que interfira com o seu esboço. Vejam-se os casos das requalificações da Mata do Liceu, do Jardim da Alameda e o abate indiscriminado de árvores maduras de médio e grande porte um pouco por todo o lado. A palavra "requalificação" para qualquer defensor do ambiente, causa desde logo forte apreensão.

O Ser humano, no cimo da sua enorme inteligência, é a única espécie no Planeta que literalmente cava a sua própria destruição. Estamos a viver a sexta extinção em massa, dizem os cientistas, não sou eu, nem o PAN e tenho cada vez mais dúvidas que possamos sair dela. Tenhamos coragem política para inverter estas situações.

É imprescindível plantar mais árvores em ambiente urbano, criar mais espaços verdes dentro das cidades, pequenos locais que criam ecossistemas tão necessários numa altura em que o Algarve se vê severamente afetado pelas alterações climáticas e pela sistemática falta de pluviosidade.

Continuamos a relativizar as perdas, e os ataques que fazemos ao Ambiente e ao nosso património natural. Nestas matérias centrais e que deveriam ser unificadoras, devemos estar todos juntos, não podemos continuar a fazer política em ciclos de 4 anos! Eu tenho uma filha de 5 anos, muitos de nós temos também filhos, netos e netas. Que futuro estamos a deixar para eles, qual será o nosso legado? Mais uns supermercados, como estão a fazer em Lagoa, destruindo as Alagoas Brancas, um espaço de uma riqueza incrível que está a ser trocada por descontos no continente?

É fundamental MUDAR O SISTEMA, precisamos PENSAR EM ECOSSISTEMAS!

Assim vem o PAN, na Reunião Ordinária desta Assembleia Intermunicipal de 28.04.2023, propor o seguinte:



- Que a AMAL instrua os seus municípios associados a colocar um fim imediato a qualquer abate de árvores em espaço público na região exceto quando se coloquem questões de emergência em situações que possam provocar danos a pessoas e bens.
- Que as podas extremas, chamadas “podas de rolagem”, sejam proibidas tal como previsto no Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano.
- Que a AMAL tenha um papel atuante na defesa do património arbóreo da região em particular no apoio aos municípios na elaboração dos regulamentos próprios de gestão do arvoredo urbano através da criação de um grupo de trabalho multidisciplinar.
- Que se aplique de imediato em todos os municípios o Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano - Lei n.º 59/2021 de 18 de agosto de 2021
- Em particular que oriente os seus associados na concretização do artigo 16º da respetiva Lei, onde diz que “Devem ser aproveitadas todas as oportunidades para aumentar o património arbóreo, nomeadamente ao nível do estudo do espaço público municipal ou de cedência ao município”.

Lagos, 28 de Abril de 2023

Paulo Baptista

PAN – Pessoas – Animais – Natureza

(AM Faro)